

# PANORAMA ECONÔMICO

## A AMÉRICA LATINA CRESCERÁ 2% EM 2018 E 2,8% EM 2019

(EFE) A América Latina e o Caribe terão um crescimento econômico de 2% em 2018, aumentando para 2,8% em 2019, impulsionado por um volume maior de investimentos e consumo privados, segundo informe do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentado em 11 de maio de 2018 em Lima.

A América Latina terá uma recuperação do investimento empresarial, após 1,3% de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, apesar de continuar “abaixo dos níveis observados em outras regiões, nível este que limita o potencial de crescimento da região”, conclui o informe *Perspectivas Econômicas Regionais para a América Latina e o Caribe: aproveitando o impulso*.

A proximidade das eleições em vários países da região, as tensões geopolíticas e os eventos meteorológicos extremos são alguns dos fatores que podem afetar o crescimento econômico nas Américas. Igualmente, “uma guinada em direção a políticas mais protecionistas e endurecimento repentino das condições financeiras mundiais” poderiam turvar muito as perspectivas de crescimento, apontou o FMI.

Na América do Sul, o impulso para o crescimento provém do fim da recessão na **Argentina, Brasil e Equador**, da moderação da inflação que deu margem a uma distensão da política monetária e da alta de preços das matérias-primas, avaliou o FMI. Já o **México**, a **América Central** e partes do **Caribe** viram-se beneficiados pelo crescimento dos **Estados Unidos**.

As perspectivas para a **América Central, Panamá e República Dominicana** são favoráveis; e a previsão é que se mantenham acima do potencial em 2018, graças ao impulso do crescimento nos **Estados Unidos** e no mundo. Sem dúvida, revelou o FMI, as implicações potenciais da reforma tributária nesse país e as renegociações em curso do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) “estão gerando incerteza”.

Para o **México**, a previsão é de que o PIB cresça até 2,3% em 2018, apoiado pelas exportações líquidas e as remessas, enquanto no **Caribe** estima-

se que o aumento ficará na faixa de 1% a 2% em 2018 e 2019.

Citando cada país, o Fundo estimou um crescimento de 2% para a **Argentina** neste ano, o qual enfrentará os efeitos de uma forte seca, enquanto o crescimento do **Brasil** foi estimado em 2,3%, devido às condições externas favoráveis e à recuperação do consumo e do investimento privado.

Não obstante, um risco importante para o **Brasil**, indicou o FMI, é que “o programa de políticas pode ser alterado depois das eleições presidenciais, em outubro”, e que isso “dê lugar a uma instabilidade no mercado e a uma maior incerteza sobre as perspectivas a médio prazo”.

Para o **Chile**, estimou alta de 3,4%, pelo fato de que as exportações e o investimento empresarial estão impulsionando a recuperação, com o apoio de um sólido gasto das famílias e condições financeiras um pouco mais favoráveis.

Para a **Colômbia**, o crescimento estimado de 2,7% responde “às políticas mais laxas e ao favorável entorno mundial”, assim como o incentivo da demanda interna e o investimento em projetos petroleiros.

Com respeito ao **Peru**, estimou que as políticas macroeconômicas contracíclicas favorecerão um aumento do crescimento em até 3,75%, embora “persistam os riscos de uma baixa, relacionados à investigação do caso Odebrecht”, que gerou investigações contra quatro ex-presidentes e políticos locais.

No caso da **Venezuela**, o FMI afirmou que prevê contração de 15%, que se soma à contração acumulada de 35% no período 2014-2017. A crise humanitária está se agravando, com escassez cada vez maior de bens de primeira necessidade, colapso do sistema de saúde e elevados índices de delinquência, o que provocou o aumento da emigração para países vizinhos.

O FMI sugeriu às autoridades regionais que prossigam com ajustes para situar os coeficientes de endividamento numa trajetória sustentável, além de enfrentar a corrupção com melhorias na gestão de governo e o clima de negócios, entre outras medidas. □

## **EVOLUÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA**

É lamentável dizer que a primeira constatação é que a pobreza está aumentando.

Segundo o último informe da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) sobre o panorama social da América Latina, a pobreza e a extrema pobreza aumentaram na região desde 2014. Até esta data, a pobreza vinha diminuindo de forma progressiva desde 2002. Sem dúvida, a tendência mudou nos últimos anos.

Segundo a informação mais recente da CEPAL, o número de pobres na América Latina em 2016 chegou a 186 milhões (30,7% da população), e a extrema pobreza afetou 61 milhões de pessoas (10% da população).

O informe insiste que é essencial o fortalecimento das instituições e das políticas ativas (sociais) para continuar trabalhando, e assim reduzir a pobreza e a extrema pobreza, e evitar os retrocessos que vivemos nos últimos tempos.

A CEPAL defende a ideia da ajuda para aumentar a renda nas famílias mais carentes, criando possibilidades de trabalho e insistindo em outros meios, como aposentadorias e repasse de fundos públicos.

O texto ressalta as políticas trabalhistas, a criação de serviços públicos, os sistemas de proteção social e as políticas de superação da pobreza como aspectos que incidem diretamente no aumento de renda nas famílias e determinam que o crescimento econômico se traduza em melhores condições de vida.

Para contribuir com esse crescimento, a Fundação Microfinanças BBVA (FMBBVA) facilita o acesso a produtos e serviços financeiros a pessoas vulneráveis que vivem em atividades produtivas na região. Pessoas que podem continuar a produção com os excedentes que elas mesmas geram, e que, com o seu trabalho, conseguem melhorar a vida e a vida de quem vive ao redor.

## **DADOS ECONÔMICOS DA CEPAL**

Apesar da crise com o preço das mercadorias, a Bolívia está, há mais de uma década, crescendo em média anual de 5%, índice superior ao dos EUA e dos demais países latino-americanos. Em 2016, cresceu 4,3%, seguida pelo Paraguai (4,1%) e Peru (4%). Com esses números, a Bolívia passou a ser o país que mais cresce na América do Sul.

No poder há dez anos, o governo de Evo Morales mantém o crescimento graças à nacionalização do petróleo e às exportações do gás natural que vende para o Brasil e Argentina.

Ainda que tenha feito esforços para diversificar a economia (com a venda de diesel, estanho e soja), persiste a pergunta de quanto tempo vai conseguir sustentar seu modelo de desenvolvimento, considerado por muitos “o milagre econômico boliviano”.

A CEPAL estima que, pelos dados sobre toda a região, em 2017 ela cresceu 1,2%, e prevê o crescimento de 2,2% para 2018, impulsionado pela produção de matérias-primas. Comparado com os Estados Unidos, que cresceu apenas 1,5%, o desempenho da Bolívia foi excelente. O Brasil registrou um retrocesso de 3,6% em 2016, e obteve o sexto pior desempenho da região em 2017, empatado com Equador e atrás de países como Venezuela (-8%), Cuba (-0,5%) e Suriname (-0,2%). A CEPAL espera que o Brasil tenha alcançado em 2018 um crescimento mais robusto que 2%, o que melhorará a posição do país.

A CEPAL afirma que a capacidade dos países da América Latina e do Caribe de gerar um bom crescimento depende da criação de “espaços aptos para políticas que apoiem a inversão”, a fim de “reduzir o efeito de choques externos e evitar consequências significativas no desempenho das economias a médio e longo prazo”. E defende impulsionar a inversão pública e privada e diversificar a estrutura produtiva, para gerar maior valor agregado. No campo político, a gestão de Evo tem sido elogiada por suas reformas inclusivas, mas criticadas pelas tendências autoritárias e casos de corrupção.